



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

SEMINÁRIO SOBRE

O ORÇAMENTO DO ESTADO 2021 Enquadramento Político e Económico

15 de Outubro de 2020, 16h
Auditório da AESE Business School

Discurso de abertura

Começo por agradecer à AESE na pessoa do seu Presidente Eng. José Ramalho Fontes a boa e já longa parceria nos seminários sobre o Orçamento de Estado, bem como a colaboração de oradores prestigiados e de um número alargado de patrocinadores. Gostava de lhes dar as boas vindas a mais um seminário sobre o Orçamento do Estado.

Desde 2003 que todos os anos o Forum para a Competitividade organiza uma discussão sobre o orçamento para o ano seguinte.

Assistimos aos orçamentos com que Portugal se consolidou no crescimento da despesa pública e dos impostos, do deficit e dívidas externos e sobretudo na ausência de crescimento numa União Europeia em que quase todos já nos ultrapassaram.

Assistimos portanto, a partir da óptica orçamental, a duas décadas de adiamento sucessivo das reformas necessárias.

O nosso PIB, descontada a inflação, cresceu menos de 1% ao ano e isto incluindo as transferências da União Europeia. Sem elas estaríamos há anos em recessão evidente. Não era inevitável não crescer.

E tanto que não era que, depois da bancarrota, que só não foi oficialmente declarada anos antes porque estávamos no Euro, recomeçámos a crescer na sequência da aplicação do MoU com a Troika pelo governo de Passos Coelho.

A narrativa oficial é de que terão sido a devolução de rendimentos e as 35 horas...

Criaram uma nova teoria económica supostamente admirada no Eurogrupo mas a verdade é que foram as reformas estruturais e a política financeira que promoveram de novo o crescimento.

Na legislatura seguinte a reversão de algumas das reformas e uma reorientação da política económica e financeira desperdiçaram a oportunidade de ter crescido mais e de ter reduzido mais acentuadamente a dívida.

Estávamos em situação frágil no início do ano – com uma dívida pública e privada enormes e com reformas adiadas, quando se abateu sobre nós a pandemia.

Embora o problema sanitário se tenha saldado até agora num número de óbitos igual ou inferior ao de um ou outro ano de gripe, o confinamento mais ou menos generalizado na Europa trouxe uma queda abrupta da actividade económica em Portugal e nos nossos parceiros comerciais.

Cada mês que passa mais se acentua a perspectiva de uma maior queda do produto.

O FMI apresentou esta semana uma previsão de 10% de queda para Portugal e de -12,8% para Espanha. E o que é significativo é que cada previsão é pior do que a anterior.

Nesta conjuntura, o exercício orçamental é particularmente difícil. Como vão evoluir as receitas fiscais com tantas moratórias e tão longas? Quanto cairá o IVA até Dezembro? Será preciso socorrer os bancos atingidos pelas inúmeras moratórias de crédito?

E os senhorios que não recebem as rendas vão pagar as contribuições?

Nesta medida não haver aumentos gerais na função pública, com o conhecido efeito de arrastamento que teria, é uma manifestação de prudência que se saúda.

Como também é prudente que se opte por querer aproveitar uma recuperação de 2021 para conter o crescimento da dívida de 2020.

Como também compreendemos a relutância do Primeiro Ministro em utilizar verbas emprestadas preferindo limitar-se às subvenções a fundo perdido.

Saudar as precauções não equivale a aprovar as soluções que, no geral, são desconhecidas.

De facto, a prática orçamental ao limitar-se a exercícios anuais, fornece-nos uma análise insuficiente, até em termos temporais.

No que diz respeito a grandes objectivos de política e a infraestruturas, o período de análise e de execução é de vários anos e não dos próximos meses, do Janeiro seguinte. O Estado português adia há anos a adopção de um conjunto de regras orçamentais da União Europeia, nomeadamente o six-pack, ou pacote sêxtuplo, um conjunto de seis actos jurídicos adoptados em 2011 com o objectivo de melhorar o controlo das políticas orçamentais e macroeconómicas dos Estados-membros.

Um melhor planeamento e controlo das políticas orçamentais permitiria uma melhor utilização dos recursos, fazendo o mesmo com menos receitas e libertando os cidadãos e as empresas duma carga fiscal que cresce continuamente e já atingiu 34,4% do PIB. E já existe uma Direcção Geral com este objectivo. Já se demitiu aliás uma das equipas dirigentes. Mas nada se faz para melhorar a política orçamental.

Neste ano especial, uma parte das obras públicas será financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência que só será apresentado hoje em Bruxelas.

É por isso difícil avaliar por mais do que indícios e notícias não quantificadas, como são o Plano Costa e Silva e um quadro do Governo com dados muito agregados.

Alguns projectos, nomeadamente o do hidrogénio, ao concentrar mais do que 7.000 milhões de euros numa tecnologia experimental, assustam-nos.

De facto, utilizar energias renováveis caras, apesar de excedentárias, para através duma electrólise ainda pouco optimizada produzir hidrogénio verde que os consumidores vão ser obrigados a consumir nas suas casas e nas empresas a preços políticos é uma escolha incompreensível.

É por decisões como esta que a rentabilidade do capital investido é tão baixa e que nos últimos vinte anos taxas de investimento elevadas não se traduziram em crescimento.

Consideramos por isso essencial construir, em colaboração com outras entidades, uma estrutura independente que avalie a utilização dos elevados recursos que vão ser postos à disposição do nosso País.

E essa estrutura deverá emanar da sociedade civil, sem prejuízo do Parlamento também o dever fazer, na sua função de fiscalização do Governo.

Aguarda-se do Ministério das Finanças a definição da política financeira que suporte a recuperação.

A queda será em muitos sectores enorme e a recuperação lenta. Tudo aponta para a necessidade de renovar profundamente o tecido económico e de aumentar o investimento público e privado que nestes anos passados foi inferior à amortização do capital existente.

É também por isto incompreensível o travão que se põe às empresas, nomeadamente às maiores, para evitar que reestruem as suas operações.

Não só não se ajuda, como se bloqueia.

E um crédito fiscal de 20% do investimento dum semestre ficará longe de 1% do orçamento, o que evidencia bem a pouca importância que o governo atribui às empresas.

Pedro Ferraz da Costa
Presidente do Conselho Directivo